

www.folhanacional.pt

Folha Nacional

de 07/08/2022 a 13/08/2022 | Edição Especial de Agosto | Ano 1

pela verdade

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DISPARA EM PORTUGAL E A ESQUERDA SEM SE PREOCUPAR

SÓ NO PRIMEIRO SEMESTRE DESTE ANO AS OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ULTRAPASSARAM OS 14 200 CASOS. SÃO JÁ 17 VÍTIMAS MORTAIS, UMA DELAS É UMA CRIANÇA. PÁGINA 2

Política
CHEGA QUER FIM DA PRESCRIÇÃO DE CRIMES SEXUAIS

PÁGINA 4

País
MAIS DE 10 MIL HECTARES ARDIDOS SÓ NA SERRA DA ESTRELA

PÁGINA 5

Economia
TAXAS EURIBOR SOBEM EM TODOS OS PRAZOS E ATINGEM NOVOS MÁXIMOS

PÁGINA 6



Política

CHEGA QUER INVESTIGAÇÃO DA INSPEÇÃO GERAL DAS FINANÇAS

PÁGINA 4



Opinião

AS SECAS EXISTEM, A FALTA DE ESTRATÉGIA E VISÃO HÍDRICA DO GOVERNO É QUE SÃO O DEMÓNIO!

PÁGINA 3

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DISPARA EM PORTUGAL E A ESQUERDA SEM SE PREOCUPAR

Ocorrências ultrapassaram os 14 200 casos só no primeiro semestre deste ano. São já 17 vítimas mortais, uma delas é uma criança.

Desde o início do ano até 30 de junho, já se registaram em Portugal, 17 vítimas de homicídio em contexto de violência doméstica, (16 mulheres e 1 criança). Em meio ano, já se ultrapassou o número total de vítimas de 2021 em que 16 mulheres foram assassinadas.

Os dados são preocupantes. Só no primeiro semestre de 2022 foram participadas à PSP e GNR, 14 263 ocorrências, mais 2196 casos em igual período de 2021.

Em 2022 regista-se também um aumento de reclusos por crime de violência doméstica, contabilizando até agora, entre prisão preventiva e prisão efetiva, 2310 agressores. Em relação ao número de acolhimentos na Rede Nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, os números também não são animadores, existindo em relação ao ano passado, mais 1047 vítimas em acolhimento.

Quando este flagelo deveria diminuir, infelizmente temos assistido ao aumento de um número de casos que nos entriste-



ce, mas acima de tudo nos preocupa. Se, por um lado, devemos apostar na prevenção, informando e encorajando as vítimas para não sofrer em silêncio, denunciando os agressores, por outro lado é urgente que se reformule o código de processo penal, tornando mais duras as penas para este tipo de crime.

Não podemos de maneira nenhuma assobiar para o lado ou enfiar a cabeça na areia quando se trata de crimes desta natureza.

Desde a sua formação que o CHEGA defende a castração química para pedófilos assim como a prisão perpétua (revista) que, no nosso entender levaria à diminuição gradual dos crimes mais macabros, atroz e hediondos. Não podemos viver no país do faz de conta e, de uma vez por todas, temos de enfrentar os problemas e tratá-los com a importância que nos merecem.

O CHEGA nunca estará do lado dos bandidos. Defenderemos sempre a verdadeira justiça e não este estado a que infelizmente ela chegou.

AS SECAS EXISTEM, A FALTA DE ESTRATÉGIA E VISÃO HÍDRICA DO GOVERNO É QUE SÃO O DEMÓNIO!

A última seca próxima, mas menos grave, daquela que estamos a viver agora foi em 2005, ainda assim os governos do PS e do PSD nada fizeram em 17 anos para aumentar os sistemas de retenção de água em Portugal! Em dezembro do ano passado, já os jornais noticiavam que o país estava em 93% de seca, mas a Ministra da Agricultura e da Alimentação, Maria do Céu Antunes, preocupava-se mais com a campanha eleitoral do que com o aconteceria no Verão seguinte - este que estamos a viver agora! Pior que isso! A actual falta de água nas barragens nacionais não é só culpa da seca meteorológica, mas também da ausência total de medidas de gestão hídrica do governo. Apesar da seca anunciada pela academia em 2021, o governo só limitou a turbinagem hidroelétrica das barragens quase no fim de fevereiro de 2022. Estiveram à espera duma chuva que nunca chegou! Precisavam turbinar a água para produzir eletricidade porque o governo ordenou fechar a central térmica do Pego.

A Ministra da Agricultura e da Alimentação andou no primeiro trimestre de 2022 a prometer dinheiros aos agricultores afectados pela Seca que já se fazia sentir, mas até agora receberam zero! A única ajuda recebida foi a antecipação do regular Pedido Único (PU), que receberam em Junho em vez de Outubro, o que não confere nenhuma medida excecional.

Agora, existe uma proposta que está em consulta pública até dia 12/08, mas prevê os pagamentos da Seca apenas em Dezembro. Será que os animais e as plantas podem ficar em hipobiose até essa data, quando os agricultores receberem as verbas para fazer face ao drama de sede e fome que se está a viver?

Além disso, a esmagadora maioria das barragens neste país está concessionada exclusivamente às elétricas, em vez de ter um fim misto que incluía o uso agrícola. Por exemplo, toda água do vale do Zêzere só pode ser usada para turbinar eletricidade e não pode ser usada por regantes na agricultura. Portugal tem 114.000 hectómetros por ano de água doce a serem turbinados para eletricidade e que depois se perdem para o mar. Todo o regadio em Portugal só usa 6000 hectómetros por ano. O que fariam hoje, com este cenário de seca, os agricultores portugueses com toda esta água (114.000 hectómetros) que está a ser perdida para o mar durante os invernos? Em Portugal, temos terra, temos recursos, temos tecnologia só não temos a

água doce que perdemos para o mar. Dois problemas sobressaem desta falta de visão estratégica do governo: o problema da qualidade das águas subterrâneas que já começa a ser preocupante em muitos locais deste país e o problema das cunhas salinas que sobem pelos rios mais importantes, como no Tejo, Sado e Guadiana. Estes problemas só se conseguem travar com novos açudes ou novas barragens. Porque na Agência Portuguesa do Ambiente (APA) proíbe sistematicamente a construção de novos sistemas de retenção de água nas explorações, como charcos, pequenas albufeiras, pequenos açudes? Não querem alterar a tendência de seca dos solos, criar maior humidade, alterar a conformação da paisagem de forma a atrasar a progressão dos fogos? Não querem conservar o solo, conservar a água, manter a biodiversidade?

A APA também não admite que todas as albufeiras das barragens com mais de 30 anos, dada a acumulação de inertes retidos pelos paredões, acabam por reter apenas 1/3 da água que retinham originalmente aquando do seu projecto e construção. Nem é preciso haver seca extrema para que não haja água suficiente nas barragens pois esse volume original foi ocupado por areia e inertes. As barragens tinham que ser dragadas a cada 20 anos, nunca nenhuma o foi por proibição da APA devido aos impactos ambientais.

Conscientes dos nefastos efeitos da seca em Portugal, nenhuma medida concreta tem o Governo para garantir a rega em todo o território português. Será possível que se considere mesmo diminuir ainda mais as cotas de regadio e aumentar o preço da água aos agricultores regantes? As secas vão continuar a existir, precisamos da requalificação dos perímetros de rega existentes, precisamos cumprir a 2.ª fase do Alqueva, precisamos cumprir o Plano Nacional de Barragens do século passado! Precisamos de uma verdadeira visão nacional para o regadio! No programa de governo foi inscrita a 2.ª fase do Programa Nacional de Regadios - o PNR2030, mas logo a seguir no OE2022 não apareceu o cabimento orçamental para tal.

Este governo, como em tudo o mais, decide à vista, não planeia nem se precave. Depois culpa o clima, os abusos dos agricultores, as adequações das culturas, só comportamentos das pessoas. Só do governo é que nunca é a culpa! Mas a verdade é que as secas sempre existiram, existem e existirão, as secas fazem parte da vida, a falta de estratégia e visão hídrica do governo é que são o demónio!



PEDRO DOS SANTOS FRAZÃO
DEPUTADO DO PARTIDO CHEGA

CHEGA QUER INVESTIGAÇÃO GERAL DE FINANÇAS

O caso de Sérgio Figueiredo é apenas o último capítulo desta maioria socialista que nunca deixa cair os seus. São sete anos de constantes escândalos de negócios mal explicados, mas que têm em comum um padrão, negócios entre 'boys do PS'. Este caso de Sérgio Figueiredo é apenas o último, onde este, é contratado como consultor sem uma base concorrencial, mas que a minuta de contrato entretanto revelada pela secretária geral

do ministério das Finanças, é ambígua em relação às funções que vai desempenhar. O salário que vai auferir também será acima do salário de Fernando Medina, sendo este mais um caso de aparente clientelismo. Soube-se também esta quarta-feira, que Fernando Medina que foi avençado da TVI enquanto comentador, quando Sérgio Figueiredo era diretor, que quando este saiu da estação em 2020, criou

uma empresa e a esta foi adjudicado pela Câmara Municipal de Lisboa, liderada por Medina, um contrato de 30.000,00€. O CHEGA quer que a Inspeção Geral de Finanças investigue este caso, pois os portugueses e os nossos empresários estão afogados em impostos, enquanto esta 'máquina trituradora socialista', continua a esbanjar entre 'amigos' o dinheiro que é de todos os portugueses.



CHEGA QUER REFORÇO DE POLÍCIAS PARA OS AÇORES

A segurança da população e o bem-estar das forças de segurança na Região Autónoma dos Açores têm sido uma bandeira do CHEGA que entende que o arquipélago deve ter um "tratamento diferenciado na colocação de novos efetivos policiais, por sermos nove ilhas".

No final de uma reunião com o Vice-Presidente nos Açores do Sindicato Nacional da Polícia (SINAPOL), António Santos, o deputado regional do CHEGA, José Pacheco, referiu que a segurança "nunca pode estar em causa" e lembrou que as especificidades da Região devem ser tidas em conta na altura de colocação de efetivos.

José Pacheco alertou que "neste momento a segurança dos açorianos e de quem nos visita não está em causa, mesmo com a falta de efetivos, mas é razoável compreender que com tão poucos elementos, o trabalho não há-de ficar tão bem feito como desejaríamos".

O CHEGA referiu que, com o aumento do fluxo de turistas na Região e com o aumento das competências da PSP, "pode ficar um pouco esquecido o trabalho pedagógico que as forças de segurança têm junto da população, do comércio, das escolas ou dos idosos. E não podemos cair no ridículo de, por falta de elementos, um turista se sentir inseguro na nossa terra".

EX-DIRETOR DE INFORMAÇÃO DA TVI CONTRATADO POR MEDINA PARA SEU CONSULTOR



O ex-diretor de informação da TVI, Sérgio Figueiredo, que abandonou a estação há dois anos, foi contratado pelo ministério das Finanças como consultor. Noticiado pelo Público e pelo Jornal de Negócios, e já confirmado pelo ministério das Finanças, Sérgio Fi-

gueiredo foi contratado por ajuste direto, num contrato válido por dois anos e que prevê uma remuneração equivalente ao do ministro das Finanças, que é de 4.700 euros brutos. Sérgio Figueiredo vai ocupar o cargo de consultor "no desenho, implementação e acompanhamento de políticas

públicas, incluindo a auscultação de partes interessadas na economia portuguesa e a avaliação e monitorização dessas mesmas políticas", segundo o próprio ministério das Finanças.

Sérgio Figueiredo, licenciado em Economia pelo ISEG, foi jornalista (O Diário, Expresso, Semanário Econó-

mico), tendo sido diretor do Diário Económico, Jornal de Negócios, tendo passado um período na Fundação EDP. Mais tarde foi para diretor de informação da TVI, de onde saiu em 2020. Durante o período que Sérgio Figueiredo foi diretor de informação da TVI, Medina foi comentador.

CHEGA QUER ACABAR COM PRESCRIÇÃO DE CRIMES DE ABUSO SEXUAL DE MENORES

O Presidente do CHEGA defendeu o fim da prescrição de alguns crimes como o de abuso sexual de menores, considerando que deveria haver um "consenso parlamentar" sobre a matéria no contexto atual de denúncias na Igreja Católica. André Ventura, que falava aos jornalistas na sede do partido, em Lisboa, considerou que o Ministério Público

e a Polícia Judiciária (PJ) "têm de dar rapidamente sequência" às denúncias recebidas, mas que estão a ser confrontados com o problema da prescrição deste tipo de crimes.

"A solução que vemos aqui, que todo o parlamento poderia ou deveria consensualizar era haver um consenso parlamentar para acabar com a pres-

crição, em direito penal, deste tipo de crimes", defendeu Ventura, salientando que apenas os casos futuros seriam abrangidos por esta norma, Ventura ressaltou, no entanto, que este seria "um sinal muito importante".

No recomeço dos trabalhos parlamentares o CHEGA apresentará um projeto que prevê o fim da prescrição para crimes de homicídio, terrorismo, genocídio, violação e abusos sexuais de menores. André Ventura ressaltou que estas questões ficarão consagradas no projeto de revisão constitucional que o partido apresentará em Setembro. Neste mesmo âmbito, o CHEGA anun-



ciou que ira organizar umas jornadas constitucionais: um evento que visa a discussão do grupo parlamentar e do partido sobre esta temática. Ventura pretende juntar outros especialistas e membros da sociedade civil à discussão.

MAIS DE 10 MIL HECTARES ARDIDOS SÓ NA SERRA DA ESTRELA

Já superam os 10.000 hectares ardidos na Serra da Estrela, onde desde 6 de agosto lavra o incêndio que começou na Covilhã, segundo o sistema de vigilância europeu Copernicus. De acordo com a informação disponível no Copernicus, até quarta-feira tinham ardido 9.532 hectares na região da Serra da Estrela. Na terça-feira, o vice-presi-



dente da Câmara da Covilhã tinha dito que o incêndio que deflagrou no sábado em Garrocho (Covilhã) já tinha consumido cerca de três mil hectares de floresta e mato no concelho. No início da semana, o último relatório do ICNF, que não incluía o incêndio que deflagrou no sábado na Covilhã, indicava um total de 58.354 hectares de área ardida até 31 de julho.

ASSOCIAÇÕES AMBIENTALISTAS REPUDIAM “EUCALIPTIZAÇÃO”

As organizações ambientalistas Acréscimo e Zero repudiaram a “eucaliptização” de áreas de mato. “É mais barato plantar em áreas de mato do que replantar atuais áreas de eucaliptal abandonado”.

As organizações ambientalistas Acréscimo e Zero repudiaram esta quinta-feira o que chamam a “eucaliptização” de áreas de mato, defendida por representantes de empresas de celulose, e dizem ser tudo uma questão monetária.

Na verdade, o que está em causa é um aspeto pecuniário, ou seja, é mais barato plantar em áreas de mato do que replantar atuais áreas de eucaliptal abandonado ou mal gerido, sendo que a diferença de custos ronda valores por hectare 50% superiores nas replantações”, dizem as associações num comunicado divulgado esta quinta-feira.

O comunicado das associações ambientalistas surge na sequência de uma notícia recente, segundo a qual proprietários florestais e indústrias da celulose pediram o aumento da área de eucalipto e de outras espécies de árvores de crescimento rápido em zonas de mato abandonadas para reduzir o risco de incêndio e desenvolver o setor.

A área devia ser aumentada e não reduzida”, afirmou à agência Lusa Luís Damas, presidente da Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais (FNAPF), como também defendeu a Associação da Indústria Papeleira — Celpa. A Acréscimo e a Zero manifestam no comunicado “total repúdio por esta tentativa de criar pressão sobre o Governo para voltar a desregular as arborizações com eucalipto, quando o que verdadeiramente está em causa é a existência de um passivo ambiental que a indústria não tem qualquer intenção



de solucionar mas sim de acentuar”. As associações explicam que as áreas de eucaliptal mal gerido e abandonado representam cerca de dois terços da área total de eucalipto em Portugal, 560 mil hectares de um total de ocupação oficial de 845 mil hectares. A Acréscimo e a Zero acrescentam que a ocupação real de eucaliptos rondará já, “muito provavelmente, cerca de um milhão de hectares, com esta espécie exótica a dominar a paisagem florestal a norte do rio Tejo” (dados de 2015 do 6.º Inventário Florestal Nacional). Depois, afirmam as duas associações, a análise das celuloses está “completamente enviesada”, porque os registos indicam que a presença das áreas de matos tem vindo a de-

crecer e o envolvimento das áreas de eucaliptal na área ardida total apresenta uma tendência crescente. A proposta da indústria da celulose não terá qualquer impacto na redução dos incêndios, garantem. A proposta, consideram, é baseada apenas “em interesses financeiros insustentáveis, que colocam em causa a economia, o bem-estar das populações, rurais e urbanas, e o património ambiental do país”. Acréscimo e Zero lembram também no comunicado que o país já tem a maior área relativa com estas plantações a nível mundial, “sendo detentor da maior área absoluta a nível europeu e a quinta a nível global, mas apresenta a produtividade média uni-

tária mais deplorável e a maior área relativa de risco de incêndio e de propagação de pragas e de doenças”. As associações ambientalistas exigem que o Governo assuma os compromissos de redução de área de plantação de eucaliptos. A área de eucalipto passou de 810 mil hectares em 2010 para 845 mil hectares em 2015, dos quais cerca de 300 mil são certificados, de acordo com os últimos dados. As associações estimam que esta área tem vindo a reduzir desde 2017, em resultado dos incêndios de 2017 e 2018 e das condicionantes impostas. O eucalipto representa 26% da floresta portuguesa. Portugal é o terceiro maior produtor europeu de pastas de celulose e o segundo de papel.



MORREU O FUTEBOLISTA FERNANDO CHALANA

O antigo futebolista Fernando Chalana morreu hoje aos 63 anos, informou nas redes sociais o Benfica, clube no qual o avançado fez grande parte da carreira. “Fernando Chalana, o nosso Pequeno Genial, faleceu, aos 63 anos, na madrugada desta quarta-feira, 10 de agosto”, lê-se numa mensagem dos ‘encarnados’ no Twitter. Com início da formação no Barreirense, Chalana, 37 vezes internacional por Portugal, chegou ao Benfica em 1974/75, ainda com idade de júnior e mudou-se em 1984/85 para o Bordéus, clube no qual esteve três anos antes de regressar às ‘águias’, terminando a carreira com uma época no Belenenses (1990/91) e outra no Estrela da Amadora (1991/92).

GNR FISCALIZA VELOCIDADES NAS VIAS MAIS CRÍTICAS EM TODO O PAÍS

A GNR realizou durante esta semana uma fiscalização rodoviária nacional direcionada para o controlo de velocidade, sobretudo nas vias mais críticas em termos de sinistralidade. Com esta ação (‘Roadpol - Speed’), que decorre até dia 14, domingo, pretende sensibilizar a sociedade para a importância da adoção de comportamentos mais seguros por parte dos condutores, tendo em vista a promoção da segurança rodoviária e a salvaguarda de vidas humanas. A ‘RoadPol’ é uma organização que foi estabelecida pelas polícias de trânsito da Europa, com a finalidade de melhorar a segurança rodoviária e a aplicação da lei nas estradas. Em 2021, a GNR registou um total de 69.186 acidentes de viação, sendo que destes, pelo menos 3.564 tiveram como principal causa o excesso de velocidade. Relativamente à fiscalização da velocidade, no ano passado foram registadas 142.721 infrações.

UM CANADAIR ENTRE OS 8 MEIOS AÉREOS QUE APOIAM COMBATE NA SERRA DA ESTRELA

Oito meios aéreos, entre eles um avião Canadair, estavam pelas 08:50 a apoiar mais de 1.500 bombeiros no combate ao incêndio que lavra na Serra da Estrela desde sábado, segundo a proteção civil. De acordo com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), pelo menos um avião Canadair está entre os oito meios aéreos mobilizados ao início da manhã para apoiar os 1.535 bombeiros no combate ao fogo, que contam igualmente com 473 viaturas.



O fogo, que começou no concelho da Covilhã e que se estendeu a Manteigas passou para os concelhos da Guarda e Gouveia (distrito da Guarda). Durante a tarde de quarta-feira, o incêndio obrigou à evacuação de um parque de campismo no concelho de Manteigas, numa atitude que o comandante operacional de Lisboa e Vale do Tejo considerou de proatividade do município, “garantindo a segurança das pessoas”. Os aviões Canadair estiveram inoperacionais na quarta-feira.



EURIBOR SOBEM EM TODOS OS PRAZOS E ATINGEM MÁXIMO A SEIS MESES E TRÊS MESES

As taxas Euribor subiram a três, seis e a 12 meses, sendo que no prazo dos seis meses superou o máximo antes verificado em 22 de julho deste ano.

A taxa Euribor a seis meses, a mais utilizada em Portugal nos créditos à habitação e que entrou em terreno positivo em 06 de junho, subiu hoje, para 0,729%, mais 0,051 pontos do que na sexta-feira, contra o máximo desde agosto de 2012, de 0,706%, e que se registou também em 22 de julho deste ano. A média da Euribor a seis meses subiu de 0,162% em junho para 0,466% em julho.

A Euribor a seis meses esteve negativa durante seis anos e sete meses (entre 06 de novembro de 2015 e 03 de junho de 2022).

A Euribor a três meses, que entrou em 14 de julho em terreno positivo pela primeira vez desde abril de 2015, avançou hoje, ao ser fixada em 0,301%, mais 0,024 pontos e um novo máximo desde julho de 2014. A taxa Euribor a três meses esteve negativa entre 21 de abril de 2015 e 13 de julho último (sete anos e dois meses). A média da Euribor a três meses subiu de -0,239% em junho para 0,037% em julho.

No prazo de 12 meses, a Euribor também subiu hoje, ao ser fixada em 1,110%, mais 0,087 pontos, contra o máximo desde agosto de 2012, de 1,200% e registado também em 22 de julho.

Após ter disparado em 12 de abril para 0,005%, pela primeira vez positiva desde 05 de fevereiro de 2016, a Euribor a 12 meses está em terreno positivo desde 21 de abril. A média da Euribor a 12 meses avançou de 0,852% em junho para 0,992% em julho. As Euribor começaram a subir mais significativamente desde 04 de feve-

reiro, depois de o Banco Central Europeu (BCE) ter admitido que poderia subir as taxas de juro diretoras este ano devido ao aumento da inflação na zona euro e a tendência foi reforçada com o início da invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro. Na reunião de política monetária realizada em 21 de julho, o BCE aumentou em 50 pontos base as três taxas de juro diretoras, a primeira subida em 11 anos, com o objetivo de travar a inflação. O BCE indicou também que nas próximas reuniões continuará a subir as taxas de juro.

A evolução das taxas de juro Euribor está intimamente ligada às subidas ou descidas das taxas de juro diretoras BCE.

As taxas Euribor a três, a seis e a 12 meses registaram mínimos de sempre, respetivamente, de -0,605% em 14 de dezembro de 2021, de -0,554% e de -0,518% em 20 de dezembro de 2021. As Euribor são fixadas pela média das taxas às quais um conjunto de 57 bancos da zona euro está disposto a emprestar dinheiro entre si no mercado interbancário.

META VOLUNTÁRIA PARA DIMINUIR CONSUMO DE GÁS JÁ ENTROU EM VIGOR NA UE

A meta para reduzir voluntariamente 15% do consumo de gás na União Europeia (UE) entra hoje em vigor, até à primavera de 2023, visando aumentar o armazenamento nos Estados-membros e criar uma 'almofada' perante eventual rutura no fornecimento russo.

A entrada em vigor do regulamento, publicado na segunda-feira em Jornal Oficial da UE, surge na sequência do acordo político alcançado no final de julho em Bruxelas, ocasião na qual os 27 chegaram a um compromisso em torno da proposta apresentada pela Comissão Europeia com vista à redução de 15% do consumo do gás entre o corrente mês de agosto e 31 de março de 2023, mas já com novas exceções para abranger a situação geográfica ou física dos países.

O compromisso foi adotado formalmente pelo Conselho da UE na passada sexta-feira, por maioria qualificada, com os votos contra de Hungria e Polónia. Previsto está então que, para aumentar a segurança do aprovisionamento energético da UE este inverno, haja a partir de hoje uma redução voluntária do consumo de gás natural na ordem dos 15%, meta que ainda assim pode diferir entre países, já que foram introduzidas isenções e derrogações para ter em conta as situações particulares dos Estados-membros.

Com o regulamento agora em vigor, está ainda prevista a possibilidade de desencadear um 'alerta da União' perante escassez, cenário no âmbito do qual a diminuição da procura de gás se tornaria obrigatória. Portugal, por exemplo, "enqua-

dra-se nos países que poderão, por ter fracas interconexões, ver a sua meta reduzida em oito pontos percentuais face ao objetivo inicialmente definido, caso venha a ser criada uma obrigação de redução de gás", informou o ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro. Além disso, Portugal "pode deduzir um conjunto de circunstâncias" em que também se encontra, "como a produção de energia elétrica na segurança do sistema ou a necessidade de utilização do gás como matéria-prima em indústrias ou setores indispensáveis", acrescentou o governante, em declarações prestadas após o acordo político na UE, há uma semana. Em meados de julho, a Comissão Europeia propôs uma meta para redução do consumo de gás UE de 15% até à primavera, admitindo avançar



com uma diminuição obrigatória da procura perante uma situação de alerta. O objetivo é que, até 31 de março de 2023, os Estados-membros reduzam em 15% os seus consumos de gás natural (face à média histórica nesse período, considerando os anos de 2017 a 2021), de forma a aumentar o nível de armazenamento europeu e criar uma 'almofada' de segurança para situações de emergência. As tensões geopolíticas devido à guerra na Ucrânia têm afetado o mercado energético europeu, já que a UE importa 90% do gás que consome, sendo a Rússia responsável por cerca de 45% dessas importações, em níveis variáveis entre os Estados-membros. Em Portugal, em 2021, o gás russo representou menos de 10% do total importado.



GUERRA COMEÇOU NA CRIMEIA E DEVE TERMINAR COM A CRIMEIA LIBERTADA

O Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, disse hoje que a guerra "começou na Crimeia e deve terminar com a Crimeia libertada, alertando que não haverá uma paz estável no Mediterrâneo enquanto a Rússia usar esse território como "base militar".

"A presença de ocupantes russos na Crimeia é uma ameaça para toda a Europa e para a estabilidade global. A região do mar Negro não pode estar segura enquanto a Crimeia estiver ocupada", observou.

"Não haverá paz estável e duradoura em muitos países nas margens do Mediterrâneo, enquanto a Rússia usar a nossa península [tomada pelos russos em 2014] como a sua base militar", salientou o chefe de Estado ucraniano. Zelensky acrescentou que "esta guerra russa contra a Ucrânia e contra toda a Europa livre começou com a Crimeia e deve terminar com a Crimeia, com a sua libertação".

"Hoje é impossível dizer quando isso vai acontecer", lembrou no seu discurso noturno.

O líder ucraniano denunciou que a Rússia transformou aquela península "num dos lugares mais perigosos da Europa".

"A Rússia trouxe repressão em grande escala, problemas ambientais, desespero económico e guerra à Crimeia", afirmou.

O Presidente da Ucrânia anunciou que o seu Governo lançou "a Plataforma da Crimeia, uma plataforma diplomática chave para trabalhar na libertação da Crimeia", que irá funcionar este ano.



LETÓNIA E ESTÓNIA ABANDONAM FÓRUM ECONÓMICO CHINA-EUROPA CENTRAL

A Letónia e Estónia anunciaram que vão abandonar um fórum apoiado pela China com o objetivo de reforçar as relações com os países do Leste Europeu, num novo revés para a diplomacia chinesa.

"Em vista das atuais prioridades da política externa e comercial da Letónia, a Letónia decidiu cessar sua participação no quadro de cooperação dos países da Europa Central e Oriental e a China", disse num comunicado o Ministério dos Negócios Estrangeiros letão.

O país "continuará a lutar por relações construtivas e pragmáticas com a China tanto bilateralmente, bem como através da cooperação [União

Europeia] UE-China baseada no benefício mútuo, respeito pelo direito internacional, direitos humanos e ordem internacional baseada em regras", sublinha-se no comunicado divulgado na quinta-feira.

A Estónia emitiu uma declaração semelhante, dizendo que "continuará a trabalhar em prol de relações construtivas e pragmáticas com a China, o que inclui o avanço das relações UE-China de acordo com a ordem

internacional baseada em regras e valores como os direitos humanos". O país báltico sublinhou num comunicado que, embora se tenha juntado ao fórum em 2012, "não participou em nenhuma das reuniões do formato após a cimeira de fevereiro passado". A China criou o fórum para fortalecer as relações com os membros da UE, bem como com a Sérvia e outros países europeus, em parte para promover "Uma Faixa, Uma Rota", a iniciativa

emblemática do Presidente chinês, Xi Jinping, para construir pontes, ferrovias, usinas de energia e outras infraestruturas em todo o mundo.

A China originalmente denominou o fórum como "17+1", mas o número de parceiros europeus agora caiu para 14. O primeiro país a abandonar o fórum, em maio de 2021, foi a Lituânia, meses antes das autoridades do país europeu terem permitido a abertura de um "Escritório de Representação de Taiwan" em Vilnius, o que provocou a fúria de Pequim.

Em 30 de junho, o Presidente da Letónia, Egils Levits, alertou que a China está atenta à evolução da guerra na Ucrânia e poderá fazer "algo semelhante" no Indo-Pacífico.

À margem de uma cimeira da NATO, Levits recordou que os líderes dos 30 países que integram a organização declararam a China como uma ameaça no novo conceito estratégico da organização.

Deputados da Letónia, Lituânia e Estónia participaram em novembro de 2021 num fórum parlamentar organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Taiwan e reuniram-se com a Presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen.



PRIMEIRO-MINISTRO JAPONÊS REMODELA GOVERNO, NOMEIA NOVO MINISTRO DA DEFESA

O primeiro-ministro japonês Fumio Kishida anunciou uma remodelação do Governo, incluindo um novo ministro da Defesa, numa altura que o executivo enfrenta uma polémica em torno das ligações políticas de um grupo religioso.

Na semana passada, Kishida anunciou que iria pedir a todos os ministros que esclarecessem possíveis ligações com

este grupo religioso, também conhecido como "seita da lua".

O primeiro-ministro decidiu mudar 14 dos 19 cargos principais do seu executivo, incluindo a substituição do ministro da Defesa, Nobuo Kishi, irmão de Shinzo Abe, oficialmente por motivos de saúde.

O sucessor é Yasukazu Hamada, 66 anos, que já ocupou o cargo em

2008-2009, e irá agora ter de lidar com as tensões em torno de Taiwan, a ameaça nuclear da Coreia do Norte, o impacto da guerra na Ucrânia e apelos do Partido Liberal Democrático (PLD, atualmente no poder), para a duplicação do orçamento da defesa para 2% do Produto Interno Bruto (PIB) japonês.